



Secretaria Legislativa do Congresso Nacional – SLCN

Estudo do Veto nº 53/2021

Documento Eletrônico de Transporte (DT-E)

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 16 de 2021 (oriundo da MPV nº 1.051/2021)

7 dispositivos vetados

Autoria da matéria vetada:

- Presidência da República

Relatoria na Câmara:

- Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS)

Relatoria no Senado:

- Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Ementa do projeto de lei vetado:

Institui o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e); e altera a [Lei nº 11.442](#), de 5 de janeiro de 2007, a [Lei nº 13.703](#), de 8 de agosto de 2018, a [Lei nº 10.209](#), de 23 de março de 2001, a [Lei nº 5.474](#), de 18 de julho de 1968, a [Lei nº 10.833](#), de 29 de dezembro de 2003, e a [Lei nº 8.935](#), de 18 de novembro de 1994.

Estudo do Veto nº 53/2021**53.21.001****DISPOSITIVO VETADO****"caput" do art. 24:***A Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:***ASSUNTO**

BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - COFINS

**EXPLICAÇÃO DO
DISPOSITIVO**

O dispositivo visa a alterar o "caput" do § 19 do art. 3º da Lei nº 10.833/2003, o qual possui a seguinte redação:

"§19. A empresa de serviço de transporte rodoviário de carga que subcontratar serviço de transporte de carga prestado por:"

Trata-se, portanto, de ampliação do desconto de créditos sobre a base apurada para determinação do valor da COFINS.

A proposta de novo texto tem origem no [Substitutivo](#) apresentado pelo Relator Deputado Jerônimo Goergen.

**RAZÃO PRESIDENCIAL
DO VETO**

"A proposição legislativa encontra óbice jurídico e contraria o interesse público ao ampliar o benefício tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, que passaria a alcançar qualquer pessoa jurídica que contratasse serviços de transporte de carga, o que acarretaria em renúncia de receita sem que estivesse acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de suas medidas compensatórias, em violação ao disposto no art. 113 do [Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#), no art. 14 da [Lei Complementar nº 101](#), de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 125 e art. 126 da [Lei nº 14.116](#), de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021".

Ouvido o Ministério da Economia.

Estudo do Veto nº 53/2021

DISPOSITIVO VETADO	53.21.002
	"caput" do § 19 do art. 3º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo art. 24 do projeto: <i>A pessoa jurídica que contratar serviço de transporte de carga prestado por:</i>
ASSUNTO	BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - COFINS
EXPLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	<p>O dispositivo visa a alterar o “caput” do § 19 do art. 3º da Lei nº 10.833/2003, o qual possui a seguinte redação:</p> <p><i>“§19. <u>A empresa de serviço de transporte rodoviário de carga que subcontratar</u> serviço de transporte de carga prestado por:”</i></p> <p>Trata-se, portanto, de ampliação do desconto de créditos sobre a base apurada para determinação do valor da COFINS.</p> <p>A proposta de novo texto tem origem no Substitutivo apresentado pelo Relator Deputado Jerônimo Goergen.</p>
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa encontra óbice jurídico e contraria o interesse público ao ampliar o benefício tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, que passaria a alcançar qualquer pessoa jurídica que contratasse serviços de transporte de carga, o que acarretaria em renúncia de receita sem que estivesse acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de suas medidas compensatórias, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021”.</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 53/2021

DISPOSITIVO VETADO	53.21.003
	inciso VI do art. 93 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo art. 24 do projeto <i>§ 19 do art. 3º, até 31 de dezembro de 2026; e</i>
ASSUNTO	BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - COFINS
EXPLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	<p>O dispositivo define a <i>vacatio legis</i> da ampliação do benefício de que trata o dispositivo 53.21.001.</p> <p>O texto tem origem na Emenda nº 133-PLEN, de redação, apresentada no Parecer nº 188/2021-PLEN, preferido pelo Relator Senador Wellington Fagundes.</p>
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa encontra óbice jurídico e contraria o interesse público ao ampliar o benefício tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, que passaria a alcançar qualquer pessoa jurídica que contratasse serviços de transporte de carga, o que acarretaria em renúncia de receita sem que estivesse acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de suas medidas compensatórias, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021”.</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 53/2021

DISPOSITIVO VETADO	53.21.004
	inciso VII do art. 93 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pelo art. 24 do projeto <i>aos demais artigos, a partir da data de publicação desta Lei.</i>
ASSUNTO	BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - COFINS
EXPLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	Essa disposição legal, que atualmente consta no atual inciso VI do art. 93 da Lei nº 10.833/2003, passaria a constar no inciso VII, a partir da inserção do inciso de que trata o dispositivo 53.21.002. Tal adaptação tem origem na Emenda nº 133-PLEN, de redação, apresentada no Parecer nº 188/2021-PLEN , preferido pelo Relator Senador Wellington Fagundes.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“A proposição legislativa encontra óbice jurídico e contraria o interesse público ao ampliar o benefício tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, que passaria a alcançar qualquer pessoa jurídica que contratasse serviços de transporte de carga, o que acarretaria em renúncia de receita sem que estivesse acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de suas medidas compensatórias, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021”. Ouvido o Ministério da Economia.

Estudo do Veto nº 53/2021

DISPOSITIVO VETADO	53.21.005
	"caput" do art. 27 <i>Para fins de cumprimento do disposto no art. 6º desta Lei, quanto às operações de transporte rodoviário de carga, deverá ser mantida e utilizada a rede nacional inteligente de apoio à fiscalização denominada Canal Verde Brasil, de competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).</i>
ASSUNTO	DT-E
EXPLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	Trata-se de artigo incorporado à matéria por meio do Substitutivo apresentado pelo Relator Deputado Jerônimo Goergen. O art. 6º, ao qual o dispositivo faz referência, determina que a fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade do uso do DT-e na operação de transporte ficará a cargo da agência reguladora competente. O dispositivo estabelece então que, para fins operações de transporte rodoviário de carga, deve ser mantida e utilizada a rede nacional inteligente de apoio à fiscalização denominada Canal Verde Brasil, de competência da ANTT.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“A proposição legislativa, ao criar obrigações para o Poder Executivo federal, a saber, a manutenção e a utilização de uma rede específica de apoio à fiscalização do transporte rodoviário de carga exercida pela ANTT, viola o princípio constitucional da separação dos Poderes ao usurpar a competência privativa do Presidente da República estabelecida na alínea ‘e’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição .” Ouvido o Ministério da Economia.

Estudo do Veto nº 53/2021

DISPOSITIVO VETADO	53.21.006
	<p>parágrafo único do art. 27</p> <p><i>A forma e a vigência do disposto no "caput" deste artigo observarão o cronograma a ser estabelecido nos termos do art. 26 desta Lei.</i></p>
ASSUNTO	DT-E
EXPLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	O art. 27 foi incorporado à matéria por meio do Substitutivo apresentado pelo Relator Deputado Jerônimo Goergen. O art. 26, ao qual o este parágrafo único faz referência, prevê a implementação do DT-e em território nacional, na forma e no <i>cronograma</i> estabelecidos por ato do Poder Executivo federal. Conforma-se a tal cronograma a adoção do Canal Verde Brasil para fins de fiscalização do cumprimento da obrigatoriedade do uso do DT quanto às operações de transporte rodoviário de carga
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa, ao criar obrigações para o Poder Executivo federal, a saber, a manutenção e a utilização de uma rede específica de apoio à fiscalização do transporte rodoviário de carga exercida pela ANTT, viola o princípio constitucional da separação dos Poderes ao usurpar a competência privativa do Presidente da República estabelecida na alínea ‘e’ do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 53/2021

DISPOSITIVO VETADO	53.21.007
	inciso I do art. 29 <i>em 1º de janeiro de 2022, para o art. 24.</i>
ASSUNTO	BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - COFINS
EXPLICAÇÃO DO DISPOSITIVO	Com origem na Emenda nº 134-PLEN (de redação), apresentada no Parecer nº 188/2021-PLEN , preferido pelo Relator Senador Wellington Fagundes, este dispositivo estabelece a <i>vacatio legis</i> para as inovações de que tratam os dispositivos 53.21.001 a 003.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	“A proposição legislativa encontra óbice jurídico e contraria o interesse público ao ampliar o benefício tributário relativo à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, que passaria a alcançar qualquer pessoa jurídica que contratasse serviços de transporte de carga, o que acarretaria em renúncia de receita sem que estivesse acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro e de suas medidas compensatórias, em violação ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021”. Ouvido o Ministério da Economia.